

SUMÁRIO

▶ CONSTITUIÇÃO FEDERAL	15
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CRFB/1988.	17
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	20
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	117
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	141
▶ LINDB	203
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI N. 4.657, DE 04 DE SETEMBRO DE 1942	205
▶ CÓDIGO PENAL	209
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1941	211
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	230
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	233
▶ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	285
LEI DE INTRODUÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941	287
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689 DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	295
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	298
▶ CÓDIGO ELEITORAL (EXCERTOS)	375
CÓDIGO ELEITORAL – LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965 (EXCERTOS)	377
▶ CÓDIGO PENAL MILITAR (EXCERTOS)	383
CÓDIGO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969 (EXCERTOS)	385
▶ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (EXCERTOS)	387
CÓDIGO DE DEFESA DE CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 (EXCERTOS)	389
▶ CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	391
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	393
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	394
▶ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (EXCERTOS)	445
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 (EXCERTOS)	447

▶ ESTATUTOS.....	449
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990	451
DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994	491
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB	508
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB – RESOLUÇÃO Nº 02/2015, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB	525
DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	533
DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	543
DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	549
▶ LEGISLAÇÃO CORRELATA.....	563
▷ DECRETOS-LEIS	
3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 – Lei das Contravenções Penais	565
201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967 – Crimes de responsabilidade de prefeitos	606
▷ DECRETOS	
678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992 – Pacto de São José da Costa Rica	664
4.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002 – Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional	788
5.912, DE 27 DE SETEMBRO DE 2006 – Regulamenta a Lei nº 11.343/2006 e institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD	847
8.433, DE 16 DE ABRIL DE 2015 – Dispõe sobre a regulamentação dos art. 9º a art. 12, art. 17 e art. 22 da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015	871
9.039, DE 27 DE ABRIL DE 2017 – Promulga a Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, firmada em Haia, em 18 de março de 1970	879
9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019 – Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas	901
10.030, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019 – Aprova o Regulamento de Produtos Controlados (Excertos)	908
11.491, DE 12 DE ABRIL DE 2023 – Promulga a Convenção sobre o Crime Cibernético, firmada pela República Federativa do Brasil, em Budapeste, em 23 de novembro de 2001	963
11.615, DE 21 DE JULHO DE 2023 – Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm	976
11.640, DE 16 DE AGOSTO DE 2023 – Institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios	991
11.843, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023 – Regulamenta a assistência à pessoa egressa de que tratam os art. 10, art. 11, art. 25, art. 26 e art. 27 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e institui a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional	1001
▷ LEIS COMPLEMENTARES	
80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994 – Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios	684
95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998 – Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona	757
101, DE 4 DE MAIO DE 2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências	767

105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001 – Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.....	783
---	-----

▷ **LEIS ORDINÁRIAS**

1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950 – Lei da Assistência Judiciária	570
1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950 – Crimes de responsabilidade	571
1.408, DE 9 DE AGOSTO DE 1951 – Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.....	578
1.508, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1951 – Regula o processo das contravenções.....	578
1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951 – Crimes contra a economia popular.....	579
2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956 – Crime de genocídio	581
4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações.....	582
4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965 – Regula a ação popular.....	592
4.728, DE 14 DE JULHO DE 1965 – Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento... ..	594
5.010, DE 30 DE MAIO DE 1966 – Organiza a Justiça Federal (Excertos)	606
5.256, DE 6 DE ABRIL DE 1967 – Dispõe sobre a prisão especial.....	609
6.538, DE 22 DE JUNHO DE 1978 – Serviços postais	609
6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 – Parcelamento do solo urbano	614
6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.....	624
7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984 – Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências.....	628
7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 – Lei de Execução Penal	629
7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986 – Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	649
7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989 – Crimes resultantes de preconceito de raça ou cor	651
7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 – Apoio às pessoas portadoras de deficiência	653
7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989 – Prisão temporária	656
8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990 – Procedimento para os processos perante o STJ e STF	657
8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990 – Crimes Hediondos.....	659
8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990 – Crimes contra a ordem tributária, econômica e as relações de consumo	661
8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991 – Define os crimes contra a ordem econômica	663
8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993 – Lei Orgânica do Ministério Público	674
8.658, DE 26 DE MAIO DE 1993 – Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 8.038 nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais	684
9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995 – Juizados Especiais Cíveis e Criminais.....	704
9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996 – Interceptação telefônica.....	712
9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996 – Dispõe sobre a arbitragem.....	713
9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 – Lei de transplantes.....	718
9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997 – Define os crimes de tortura.....	720
9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 – Estabelece normas para as eleições.....	721
9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 – Crimes ambientais.....	746

9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998 – Proteção da propriedade intelectual	755
9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998 – Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	760
9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999 – Lei de proteção a vítimas e a testemunhas	765
10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001 – Juizados Especiais Cíveis e Criminais Federais	785
10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002 – Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências (Excertos)	787
10.792, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003 – Altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e dá outras providências.	819
11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 – Lei de falências (Excertos).	819
11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005 – Lei de biossegurança.	821
11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 – Coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher	827
11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006 – Estabelece normas para a repressão ao tráfico ilícito de drogas.	834
11.671, DE 8 DE MAIO DE 2008 – Transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima	849
12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 – Disciplina o Mandado de Segurança	850
12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009 – Identificação criminal	853
12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012 – O processo e julgamento Colegiado em Primeiro Grau de Jurisdição de crimes praticados por organização criminosa	855
12.714, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012 – Sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança	856
12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013 – Investigação criminal conduzida pelo delegado.	857
12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 – Atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.	858
12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 – Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas	858
12.847, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 – Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Tortura	862
12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 – Define organização criminosa	865
12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014 – Crime de discriminação dos portadores de vírus HIV	870
13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015 – Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.	871
13.106, DE 17 DE MARÇO DE 2015 – Fornecimento de bebida alcoólica a menores.	871
13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016 – Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.	872
13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016 – Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.	874
13.364, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016 – Reconhece o rodeio, a vaquejada e o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestações culturais nacionais; eleva essas atividades à condição de bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro; e dispõe sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal.	874
13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017 – Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).	875
13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017 – Institui a Lei de Migração.	883
13.477, DE 30 DE AGOSTO DE 2017 – Dispõe sobre a instalação de cerca eletrificada ou energizada em zonas urbana e rural.	901
13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019 – Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	905

14.022, DE 7 DE JULHO DE 2020 – Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	912
14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos	916
14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022 – Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.	957
14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 – Institui a Lei Geral do Esporte (Excertos)	974
14.735, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023 – Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento e dá outras providências.	993
14.785, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023 – Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999.	1003
14.786, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023 – Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte).	1015
▷ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
PORTARIA MF Nº 75, DE 22 DE MARÇO DE 2012 – Dispõe sobre a inscrição de débitos na Dívida Ativa da União e o ajuntamento de execuções fiscais pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	854
RESOLUÇÃO CNMP Nº 181, DE 7 DE AGOSTO DE 2017 – Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público	895
PROVIMENTO CFOAB Nº 205/2021 – Dispõe sobre a publicidade e a informação da advocacia	913
RESOLUÇÃO CNJ Nº 484, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022 - Estabelece diretrizes para a realização do reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais e sua avaliação no âmbito do Poder Judiciário	961
▶ SÚMULAS	1017
SÚMULAS VINCULANTES	1019
SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1021
SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1039
▶ ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO – DIREITO PENAL	1061